Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Vai longe

Ainda que nenhum ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) peça vistas no processo do ex-presidente Jair Bolsonaro, a novela da reunião dele com os embaixadores não termina tão cedo. O acórdão só deve ser publicado em agosto, após o recesso. Além disso, a defesa pretende apresentar recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Estratégia política

Enquanto os recursos não forem julgados, Bolsonaro terá mais algum tempo para tentar amplificar o discurso de perseguição política. Afinal, seus aliados estão convencidos de que o TSE quer usar o caso como emblemático para tentar afastar outras atitudes que possam representar riscos à democracia. Agosto, pelo visto, será o mês das narrativas.

Olho vivo aí

Na semana que vem, a Câmara volta a debater o Arcabouço Fiscal com a vontade de retomar o texto original do relator Cláudio Cajado (PP-BA). Logo, as mudanças promovidas pelo Senado não estão garantidas, inclusive o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

Pendência única

Se depender do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), uma nova reforma política terá apenas que tratar do fim da reeleição. E, obviamente, preservando o direito dos atuais ocupantes das prefeituras, dos governos estaduais e da Presidência da República. No mais, a reforma já foi feita.

Se não votar fica de castigo

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avisou aos deputados com quem se encontrou por Lisboa que a Casa só haverá recesso em julho depois de votar o projeto de lei do Carf — aquele que restabelece voto de qualidade em favor da União —, o novo Arcabouço Fiscal e... a Reforma Tributária. Isso significa que, fatalmente, julho será de muito trabalho no Congresso, uma vez que há mais dúvidas do que certezas a respeito da reforma.

Em tempo: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), único projeto que suspende o recesso parlamentar se não for aprovado, deve ficar para agosto. "Para termos um orçamento real e não fictício, só podemos votar a LDO quando tivermos claro o ano fiscal. Para termos o índice de inflação que permitirá conhecer o espaço fiscal do orçamento", diz o relator, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE).



CURTIDAS

Popularidade política/ Palestrante do XI Fórum Jurídico de Lisboa, Michel Temer foi homenageado com um almoço, que reuniu quase 100 pessoas no restaurante Solar dos Presuntos, na capital portuguesa. A ideia era juntar uns 12 amigos do ex-presidente. Foi feita uma reserva para 40 pessoas, que passou para 60 e, dada a falta de espaço para todos, teve dois turnos.

De Kakay a Lira/ No almoço, organizado pelo ex-deputado Fábio Ramalho (MG), compareceram Lira, o líder Elmar Nascimento (União Brasil-BA) e ex-ministros de Temer, como o da Defesa e da Justiça Raul Jungmann. Lá também estiveram os presidentes do Republicanos, Marcos Pereira, e do PP, Ciro Nogueira, além do advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay.

Em casa/ Com o restaurante lotado de brasileiros, Fabinho Ramalho foi até a cozinha ajudar para que os pratos não demorassem. Afinal, à tarde a maioria dos comensais precisava voltar para o seminário.

Gustavo Alexandre Magalhães Ferreira / MRE



Dia do Orgulho/ Quem passar, hoje, pelo Palácio do Itamaraty, notará a iluminação diferente **(foto)** no prédio cartão-postal. É uma homenagem a este 28 de junho, quando a comunidade LGBTQIA+ comemora sua data internacional.

PLANO SAFRA

Relação sem ideologia com agro

No lançamento do programa, Lula assegura que não há mais espaço para divergências políticas entre o governo e o setor

» EDLA LULA

Ao anunciar, ontem, o Plano Safra 2023-2024 — para o qual serão disponibilizados R$ 364 bilhões —, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou que o relacionamento entre o governo federal e o agronegócio não será pautado por questões ideológicas. Segundo ele, apesar das diferenças no pensamento político em relação aos empresários do setor — em sua maioria apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro —, Lula afirmou que o interesse do país está acima de qualquer divergência.

"Se enganam aqueles que pensam que o governo pensa ideologicamente quando vai tratar de um Plano Safra. Se enganam os que pensam que o governo vai fazer mais ou vai fazer menos porque tem problemas ou não-problemas com o agronegócio brasileiro. A cabeça de um governo responsável não tem a pequenez de ficar insuflando o ódio entre as pessoas", afirmou.

O presidente assegurou que, assim como ocorreu nos governos anteriores do PT, a cada ano será anunciado um plano superior ao ano anterior. Para o do biênio 2023-2024, o montante de R$ 364 bilhões representa um aumento de 27%, em relação ao ano passado, no volume de recursos para custeio, comercialização e investimento para médios e grandes produtores rurais.

Ao elogiar a atuação do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, pelo processo de negociação do plano, Lula disse que "o governo não é um clube de amigos". E enfatizou: "Uma única coisa unifica todos nós: provar a nós mesmos e ao povo brasileiro que este país pode ser do tamanho que a gente queira que seja. Pode ser pequeno se a gente pensar pequeno", disse.

Os juros para custeio e comercialização serão de 8% ao ano para produtores inscritos no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e de 12% ao ano para os demais. Em relação aos investimentos, as taxas de juros variam entre 7% e 12,5% ao ano, de acordo com o governo.

Já Fávaro ressaltou que o Plano Safra é um exemplo do que diz o slogan "Uniao e Reconstrução" do atual governo. "Não interessa quem estava de um lado ou quem estava do outro nas eleições. Agora, é hora de governar para todos e de unirmos o Brasil", frisou.

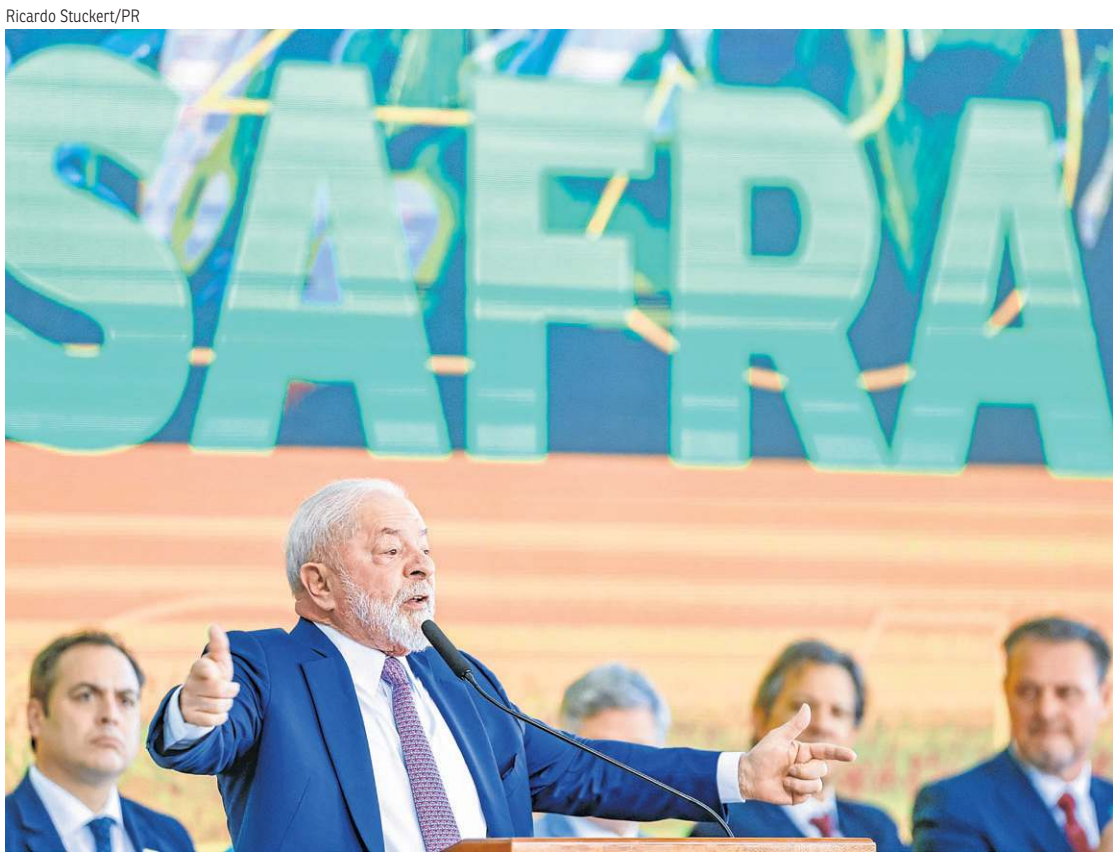
O ministro voltou a condenar, com veemência, a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano. E disse que o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, precisa explicar, no Senado, a atual política monetária.

"Precisamos conhecer sua responsabilidade com o Brasil. Uma das metas do Banco Central é manter o controle da inflação, o que tem sido alcançado com êxito. A política econômica está progredindo bem, enviando sinais cada vez mais fortes de que o controle da inflação é permanente. Qual é a justificativa para uma taxa de juros básica, a Selic, em 13,75%?", indagou.

A indignação da Fávaro tem como razão a indefinição relacionada ao total a ser destinado, pelo Tesouro Nacional, para a equalização das taxas de juros cobradas no crédito rural. Até ontem à noite, os técnicos do Ministério da Fazenda ainda faziam as contas.

"O governo não consegue liberar um volume maior de equalização por causa dos custos, para o Tesouro, de uma Selic de 13,75% ao ano", lamentou Fávaro.

Ricardo Stuckert/PR



Presidente assegurou que, a cada ano, o montante do Plano aumentará. Para 2023-2024, serão R$ 364 bilhões

» Brincadeira com a comida do MRE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reclamou, ontem, das "comidas de palácios" oferecidas às autoridades e chefes de Estado em reuniões diplomáticas. Em tom bem humorado na live semanal, afirmou que não costuma comer bem em viagens internacionais e que "tem brigado" com o Itamaraty para melhorar cardápio servido aos convidados. Nos seis primeiros meses de 2023, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) já gastou R$ 4,4 milhões com alimentação em eventos oficiais. "Em palácio, você não come bem em lugar nenhum do mundo. Eu não vou a restaurantes. Como em hotel ou onde sou convidado. Tenho brigado com o Itamaraty para melhorar a comida. A comida não está boa", brincou.

R$ 75 bi para a produção familiar

» HENRIQUE LESSA

Depois do anúncio, ontem, a disponibilização de R$ 364 bilhões para o Plano Safra 2023-2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia, hoje, o Plano Safra da Agricultura Familiar. A ação marca uma mudança em relação ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que não distinguia pequenos e grandes agricultores para o financiamento agrícola.

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Paulo Teixeira, confirmou que o programa trará o maior aporte para o setor em todos os tempos — segundo ele, estarão disponíveis R$ 75 bilhões para os agricultores familiares. Porém, segundo fontes do MDA, o valor pode ser ainda maior, chegando a R$ 77 bilhões para o financiamento da produção agrícola e de máquinas e equipamentos.

"São R$ 75 bilhões para agroecologia, produção sustentável e para máquinas. A gente também vai relançar o programa Mais Alimentos, que é para as máquinas. Uns R$ 8 bilhões para as máquinas e R$ 75 bilhões no Plano Safra", assegurou Teixeira.

A promessa do governo é que o Plano Safra para a Agricultura Familiar tenha taxas de juros para o financiamento agrícola menores que as anunciadas para o agronegócio. Contará, ainda, com linhas especiais de juros menores para investimentos na compra de insumos, além favorecer as mulheres que atuam na agricultura familiar — cujas taxas devem ter uma redução ainda maior.

No Plano Safra do agronegócio, os juros ficaram, em média, em 10%, com uma variação entre 12,5% para o grande produtor, 8% para o médio e o mínimo, de 7%, para a agricultura sustentável ou de baixo carbono. o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva antecipou, ontem, que anuncia uma linha de crédito abaixo de 10% para a agricultura familiar.

"Vamos emprestar R$ 364 bilhões para os agricultores do agronegócio a 10% de juros. Amanhã (hoje), vamos lançar o programa da agricultura familiar de R$ 75 bilhões, a uma taxa de juro menor que esta", assegurou. A cerimônia de lançamento do programa de financiamento da agricultura familiar está marcado para as 10h, no Palácio do Planalto.